CURSO MAGISTRAR – ENAM 2026.1

DIREITO PENAL

Prof. Rilmo Braga

@rilmobraga

AULAO DE REVISÃO

EDITAL ENAN 2026.1 FGV

1.Introdução ao Direito Penal. Conceito, características, finalidade e princípios gerais do Direito penal. (Des)criminalização e (des)penalização. Direito penal e política criminal. Direito penal e criminologia. Direito penal e outros ramos do Direito.

2. A Constituição Penal. Princípios de Direito penal constitucional. Princípios constitucionais influentes em matéria penal. Normas penais constitucionalizadas. Mandamentos de penalização.

3. A Norma Penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço; do tempo e do lugar do crime. Limites da aplicação da lei penal em relação às pessoas.

4. Teoria Geral do Crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta. Crimes de dano e de perigo. Crimes materiais, formais e de mera conduta.

5. Tipicidade Objetiva. Ação, resultado e relação de causalidade. Teoria da imputação objetiva. Da relevância penal da omissão.

6. Tipicidade subjetiva. Crime doloso e crime culposo. Erro sobre elementos do tipo. Crime agravado pelo resultado e crime preterdoloso.

7. Iter Criminis. Consumação e tentativa. Crime impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.

EDITAL ENAN 2025.1 FGV

8. Antijuridicidade. Legítima defesa e do excesso. Estado de necessidade. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular de direito.

9. Culpabilidade. Fundamentos; conceito; elementos e conteúdo. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Erro de proibição. Descriminantes putativas.

10. Imputabilidade penal. Inimputáveis e semi-imputáveis. Menoridade penal. Emoção e paixão. Embriaguez.

11. Concurso de agentes. Autoria e da participação. Teoria do domínio do fato.

11. Concurso de agentes. Autoria e da participação. Teoria do domínio do fato.

12. Das penas. Teoria da pena. Cominação e aplicação das penas e dos substitutivos penais. Concurso de crimes e crime continuado. Concurso aparente de normas. Erro na execução e Resultado diverso do pretendido.

13. Dos efeitos da condenação. Do confisco alargado de bens.

14. Da reabilitação. 15. Das medidas de segurança.

EDITAL ENAN 2025.1 FGV

16. Da ação penal. Tipos de ação penal. Titularidade e legitimidade. Arquivamento do inquérito.

17. Da extinção da punibilidade.

18. Direito penal econômico. Bem jurídico supraindividual. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.

19. A aplicação da Lei Penal Militar. Código Penal Militar (art. 9º).

20. Tratados e convenções em matéria criminal. A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. A Convenção das Nações Unidas contra a
Corrupção.

21. Dos crimes em espécie. Dos crimes previstos na parte especial do Código Penal: dos crimes contra a pessoa; dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a organização do trabalho; dos crimes contra a dignidade sexual; dos crimes contra a fé pública; dos crimescontra a administração pública e administração da justiça.

22. Crimes previstos nas Leis 7.716/89, 12.288/2010 e 13.869/ 2019.

1) FGV – ENAN – MAGISTRATURA – 2025

Em 1º de janeiro de 2024, João iniciou a execução de um crime de estelionato, enviando e-mails fraudulentos para diversas vítimas. A consumação do crime, com a obtenção da vantagem ilícita, ocorreu em 15 de janeiro de 2024. No dia 10 de janeiro de 2024, entrou em vigor uma nova lei que agravou a pena para o crime de estelionato. Diante da situação hipotética e da jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

A) Aplica-se a lei vigente em 1º de janeiro de 2024, pois o crime se considera praticado no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;

B) Aplica-se a lei vigente em 15 de janeiro de 2024, pois o crime se considera praticado no momento da consumação, quando se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

C) Aplica-se a lei vigente em 10 de janeiro de 2024, por ser a lei mais grave e ter entrado em vigor durante a execução do crime, prevalecendo o princípio da retroatividade da lei penal mais gravosa.

D) Aplica-se a lei mais benéfica ao réu, independentemente da data de sua entrada em vigor, em observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

E) A questão não pode ser resolvida sem a informação sobre a data do recebimento da denúncia, pois é a partir dela que se define a lei aplicável ao crime de estelionato.

ABOLITIO CRIMINIS

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

ABOLITIO CRIMINIS X CONTINUIDADE NORMATIVA TÍPICA

NATUREZA JURÍDICA?

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(...)

III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

RETROATIVIDADE BENÉFICA

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

SUM 611 STF: Depois do TJD quem aplica a lex mitior é o juiz de execução.

É POSSÍVEL APLICAR NO PERÍODO DE VACATIO LEGIS?

IRRETROATIVIDADE MALÉFICA

A lei posterior, que de qualquer modo prejudica o agente, não aplica-se aos fatos anteriores.

2) FGV – ENAN – MAGISTRATURA – 2025

Efigênia, portuguesa, solicitou sua inscrição em um curso de pósgraduação oferecido por uma universidade francesa, e, para tanto, anexou à solicitação um diploma falso de graduação, supostamente expedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundação de direito público.

A falsidade foi descoberta pela instituição de ensino, que indeferiu a inscrição e comunicou o fato às autoridades policiais da França e do Brasil. Sobre a conduta de Efigênia, assinale a afirmativa correta.

A) Ela não poderá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, pois ele ocorreu em território estrangeiro, à luz do princípio da territorialidade.

B) Ela deverá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da defesa;

C) Ela poderá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

D) Ela deverá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio na nacionalidade.

E) Ela poderá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da nacionalidade.

territorialidade

EXTRATERRITORIALIDADE INCONDICIONADA

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes:

a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República; PRINCÍPIO DA DEFESA

b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público; PRINCÍPIO DA DEFESA

c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço; PRINCÍPIO DA DEFESA

d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil; PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

NUCCI: EXT. INCONDICIONADA É INCONSTITUCIONAL. BIS IN IDEM.
MAJ: PREPONDERÂNCIA DE INTERESSE.

NÃO SE APLICA ÀS CONTRAVENÇÕES PENAIS.

COMPETÊNCIA: JUSTIÇA ESTADUAL DA CAPITAL DO ESTADO ONDE POR ÚTLIMO RESIDIU O ACUSADO. SE NUNCA RESIDIU NO BRASIL, CAPITAL DA REPÚBLICA. ART. 88 CPP.
STJ CC 115.375/2012.
STF RE 1.175.638/2019.

EXTRATERRITORIALIDADE CONDICIONADA

II - os crimes:

a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; PRINCÍPIO DA JUSTIÇA UNIVERSAL

b) praticados por brasileiro; PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE ATIVA

c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados. PRINCÍPIO DA REPRESENTAÇÃO

CONDIÇÕES:

a) entrar o agente no território nacional;

b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;

c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;

d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;

e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

3) FGV – ENAN – MAGISTRATURA – 2025

Assinale a opção que, segundo o Supremo Tribunal Federal, apresenta os requisitos objetivos ou vetores para a aplicação do princípio da insignificância.

A) Ausência de ofensividade da conduta do agente; pouca periculosidade social da ação, nenhuma reprovabilidade do agente e reduzida lesão jurídica causada.

B) Primariedade do agente, reduzida expressividade da lesão jurídica provocada, ausência de reprovabilidade da conduta e inexistência de periculosidade social do comportamento.

C) Ausência de ofensividade da conduta do agente, reduzida periculosidade social da ação, disponibilidade do bem jurídico atacado e pouca expressividade da lesão jurídica provocada.

D) Mínima ofensividade da conduta do indivíduo, primariedade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e baixa expressividade da lesão jurídica provocada.

E) Mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada;

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

REQUISITOS

1) MÍNIMA OFENSIVIDADE DA CONDUTA (Sem violência)

2) NENHUMA DE PERICULOSIDADE SOCIAL
Não cabe para o contumaz. STF HC 97.007/SP/11 E STJ RESP 1.394.000/2019
Reincidente é possível. STF HC 115707/2013 e HC 116.218/MG/2013.
MULTIREINCIDENTE?
STJ RESP 1957218/2022;
STJ HC 834.558/GO/2024.

3) REDUZIDO GRAU DE REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO
Não cabe no furto qualificado. HC 97012 RS
Exceções: HC 153.694/MS/2018 , HC 110244/2011 E HC 113327/2013

4) INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA (Vítima)
VALOR MÁX DE 10%?
STJ TESE 16 ED. 47.

4) FGV – ENAN – MAGISTRATURA – 2025

Sobre a eficácia da Lei Penal no tempo, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A Lei Penal temporária ou excepcional, mesmo após a sua autorrevogação, goza de ultra-atividade, sendo aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.
( ) A lei posterior, que deixa de considerar determinado fato como criminoso, retroage para alcançar fatos anteriores, ainda que definitivamente julgados no âmbito criminal, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória;
( ) No crime permanente, se este é iniciado sob a eficácia de uma lei e sua situação consumativa danosa persiste já sob a vigência de uma lei nova, aplica-se esta, ainda que mais severa que a primeira, por ela revogada.

As afirmativas são, respectivamente,
A) F – F – V.
B) V – V – V.
C) V – V – F.
D) F – V – F.
E) V – F – V.

LEI EXEPCIONAL OU TEMPORÁRIA

Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Exemplo: Lei: 12.663/2012. LEI GERAL DA COPA DO MUNDO. Falsificação do símbolo da Fifa. Vigência até 31/12/2014.
Lei 13.264/2016. LEI DAS GERAL DAS OLIMPÍADAS.

ZAFARONI É CONTRA A ULTRATIVIDADE DA LEI PENAL

RETROATIVIDADE MELÉFICA NOS CRIMES CONTINUADOS E PERMANENTES

SÚMULA 711 DO STF:

A LEI PENAL MAIS GRAVE APLICA-SE AO CRIME CONTINUADO OU AO CRIME PERMANENTE, SE A SUA VIGÊNCIA É ANTERIOR À CESSAÇÃO DA CONTINUIDADE OU DA PERMANÊNCIA.

5) FGV – ENAN – 2024.1

Bernardo, cidadão português, tripulante de um navio da marinha mercante brasileira, que partira de Santos e navega pelo Oceano Atlântico, em alto-mar, com destino ao porto de Roterdã, na Holanda, agride um outro tripulante, de nacionalidade peruana, desferindo-lhe socos, que o ferem levemente. Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

A) não se aplica a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o crime ocorreu no estrangeiro.

B) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o local onde ocorreu o crime é considerado território nacional por extensão;

C) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

D) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

E) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

TERRITORIALIDADE

Territorialidade (TEMPERADA)

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional (INTRATERRITORIALIDADE), ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

PRINCÍPIO DO PAVILHÃO OU DA BANDEIRA

EMBAIXADAS E CONSUALDOS?
STJ AgRg CC 133.092/RS/2014;
CESPE PCDF 2021 AGENTE;

QUESTÕES

6) FGV – MAGISTRATURA – ENAM – 2025.2

Assinale a opção que apresenta a principal diferença entre o erro de tipo e o erro de proibição.

A) O erro de tipo se refere à falsa noção sobre a realidade fática e os elementos constitutivos do tipo penal, enquanto o erro de proibição se refere à falsa noção quanto à ilicitude da conduta;
B) O erro de tipo exclui a culpabilidade e, quando invencível, é causa de isenção de pena, enquanto o erro de proibição exclui a tipicidade.
C) O erro de tipo é sempre invencível, enquanto o erro de proibição pode ser vencível ou invencível.
D) O erro de tipo se refere à falsa noção sobre a lei penal, enquanto o erro de proibição se à falsa noção sobre os fatos.
E) O erro de tipo é irrelevante para o Direito Penal, enquanto o erro de proibição pode atenuar a pena.

TEORIA DO ERRO DE TIPO

ERRO DE TIPO

- **ESSENCIAL**
  - **ESCUSÁVEL(Art.20 §2º)**
  - **INESCUSÁVEL**
- **ACIDENTAL**
  - **OBJETO**
  - **PESSOA (§3º)**
  - **ABERRATIO ICTUS (Art. 73)**
  - **ABERRATIO CRIMINIS (Art. 74)**
  - **ABERRATIO CAUSAE (CRIAÇÃO DOUTRINÁRIA)**

ERRO DE TIPO ESSENCIAL

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

FACE NEGATIVA DO DOLO
ZAFFARONI

A TEORIA DO ERRO APLICA-SE NA FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA?
STJ CC 27369 E STJ CC 41.057/SP

QUESTÕES

7) **FGV – MAGISTRATURA – ENAM – 2025.2**

Em relação ao tema Teoria Geral do Crime, assinale a afirmativa correta.

A) Nos crimes formais, a consumação se dá com a produção do resultado naturalístico, sendo este indispensável para a configuração do delito.
B) Nos crimes omissivos próprios, a relevância penal da omissão é condicionada à demonstração do dolo específico do agente em não realizar a conduta devida.
C) O erro sobre elementos do tipo, quando inevitável, sempre exclui o dolo, mas pode permitir a punição por crime culposo, se previsto em lei.
D) A teoria da imputação objetiva exige, para a configuração do nexo causal, a demonstração de que a conduta do agente criou um risco proibido relevante e que o resultado dela decorrente está dentro do alcance da norma penal;
E) O crime impossível, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, configura tentativa punível, desde que demonstrada a intenção do agente.

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

Superveniência de causa independente

§ 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

EXCEÇÃO: TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA.

IMPUTAÇÃO OBJETIVA?

8) FGV – MAGISTRATURA – ENAM – 2025.2

Em matéria de descriminantes reais e putativas, de acordo com o entendimento doutrinário majoritário, analise as afirmativas a seguir.

I. É possível a atuação em legítima defesa real contra um comportamento acobertado pela legítima defesa real;
II. É possível a atuação em legítima defesa real contra um comportamento acobertado pelo estado de necessidade;
III. É possível a ocorrência de legítima defesa real contra o excesso de uma situação inicial de legítima defesa real.
IV. É possível a atuação em legítima defesa putativa contra um comportamento acobertado pela legítima defesa real.
V. É possível a atuação em legítima defesa real contra quem atua sob coação moral irresistível.

Está correto o que se afirma em

A) I, III e V, apenas.
B) III, IV e V, apenas.
C) II, III e V, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) II, III e IV, apenas.

DISCRIMINANTE PUTATIVA

DISCRIMINANTE PUTATIVA

ESCUSÁVEL

INESCUSÁVEL

§ 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.

NATUREZA JURÍDICA:

9) FGV – ENAN – MAGISTRATURA - 2024

Por problemas relacionados à saúde mental, Elisa passa a fazer uso de determinado medicamento, por prescrição médica, tendo ciência de que não pode combiná-lo com bebidas alcoólicas, sob pena de alteração na capacidade de entendimento ou de autodeterminação. Em um clube, durante uma festa de casamento, Elisa, após aguardar muito tempo para ser servida, já sedenta, dirige-se a um garçom que havia chegado à sua mesa e pergunta em que consiste a bebida que ele estava levando. O garçom afirma que é um coquetel de frutas, e Elisa então pergunta se contém álcool. O garçom responde de forma pouco clara, no momento em que o volume da música é aumentado, de modo que Elisa entende que se trata de um drink não alcoólico, quando, em verdade, contém vodka, bebida de elevado teor alcoólico. Após se servir da bebida, a combinação do álcool com o medicamento psiquiátrico produz em Elisa poderoso efeito, suprimindo-lhe totalmente a capacidade de entendimento e de autodeterminação, o que a leva a ir para a pista de dança, onde, embalada pela música, começa a se despir, chegando a ficar seminua, com os seios à mostra, até ser contida por terceiros. Diante do caso narrado, é correto afirmar que Elisa:

A) cometeu o crime de ato obsceno, pelo qual responderá normalmente.
B) não cometeu o crime de ato obsceno, por ausência de dolo;
C) cometeu o crime de ato obsceno, porém ficará isenta de pena;
D) não cometeu o crime de ato obsceno, por não lhe ser exigível conduta diversa.
E) cometeu o crime de ato obsceno, porém deverá ter a pena substituída por medida de segurança.

CULPABILIDADE - IMPUTABILIDADE

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal:

Embriaguez

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos

§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

10) FGV – ENAN – MAGISTRATURA NACIONAL - 2024

Acerca do concurso de agentes, analise as afirmativas a seguir.

I. O Código Penal vigente adota a teoria monista estrita quanto ao concurso de agentes;

II. A cooperação dolosamente distinta implica no fato de que, embora um dos agentes tenha almejado praticar infração penal menos grave do que o resultado pretendido e concretizado pelos demais agentes, todos os concorrentes responderão solidariamente pelo fato concretizado, ainda que mais grave.

III. A participação do agente na infração penal pode ocorrer desde a fase da cogitação até a consumação, porém, a relevância penal da conduta do partícipe é condicionada, salvo disposição em contrário, ao ingresso do autor na fase da execução;

Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) I e III, apenas.
E) II e III, apenas.

CONCURSO DE PESSOAS

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

TEORIA MONISTA TEMPERADA

TEMPERAMENTOS	PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA §1º PARTICIPAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA § 2º CRIMES DISTINTOS NA PARTE ESPECIAL

11) FGV - ENAN – MAGISTRATURA NACIONAL - 2024

Em2024, Guilherme, Américo, Lucas, Rogério e Vladimir praticaram um crime. De acordo com as informações de antecedentes criminais fornecidas a seguir, assinale a opção que indica qual deles é tecnicamente primário (não reincidente).

A) Guilherme, enquanto policial militar, foi definitivamente condenado por corrupção passiva prevista no Código Penal Militar e terminou de cumprir a pena no ano de 2023.

B) Américo, na condição de ocupante de cargo político, praticou crime de peculato, tendo sido definitivamente condenado em 2023, sendo que ainda não terminou de cumprir as penas restritivas de direito que lhe foram impostas.

C) Lucas foi definitivamente condenado em 2015, tendo sua pena sido extinta em 2020, pela concessão de indulto pleno. Em 2022, Lucas obteve sua reabilitação.

D) Rogério foi definitivamente condenado em 2023, mas, após o trânsito em julgado de sua condenação, o Juiz reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa.

E) Vladimir foi definitivamente condenado na Espanha, por tráfico de drogas, a uma pena de 6 anos de reclusão, fato ocorrido em 2017 e transitado em

REINCIDÊNCIA

Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

Art. 64 - Para efeito de reincidência:

I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;

II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

REINCIDÊNCIA E MAL ANTECEDENTE SÃO SINÔNIMOS?
STF RE 593.818/2023 TEMA 150E STJ HC 494.684/2019;

A REINCIDÊNCIA PODE SER AGRAVANTE E CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL?
STJ SUM 241;

FOLHA DE ANTECEDENTES COMPROVA MAUS ANTECEDENTES?
STJ SUM 636.

REINCIDÊNCIA X MAUS ANTECEDENTES

12) FGV - TJ SE – JUIZ DE DIREITO - 2025

Juiz de direito, ao proferir sentença condenatória em desfavor de acusado, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pelo delito de corrupção passiva, crime praticado no exercício do mencionado cargo público, considerando que as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis, fixa as penas-base nos mínimos legais (2 anos de reclusão e 10 dias-multa), tornando-as definitivas, à falta de circunstâncias legais e de causas de aumento ou diminuição de pena. Na sequência, estabelece o valor unitário do dia-multa em 1/6 do salário mínimo vigente ao tempo do fato criminoso, em atenção à condição econômica do réu. Diante do exposto, caberá ao magistrado, ainda na sentença:

A) suspender condicionalmente a execução da pena privativa de liberdade e determinar a perda do cargo público.
B) substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos ou multa e determinar a perda do cargo público
C) substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos ou multa, não sendo possível determinar a perda do cargo público
D) substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos ou por uma pena restritiva de direitos e multa e determinar a perda do cargo público;
E) substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos ou por uma pena restritiva de direitos e multa, não sendo possível determinar a perda do cargo público.

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;(Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 2o Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 3o Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

§ 4o A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

§ 5o Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

13) FGV – ENAM – MAGISTRATURA – 2025.2

José, sozinho em casa, à noite, temeroso por conta das ameaças à sua vida que recebera nas semanas anteriores, percebeu um vulto se aproximando de sua residência. Ele acreditou ter visto o vulto fazer um movimento com o braço em direção ao bolso do casaco e, depois, apontando em sua direção. Por isso, José entendeu que o vulto portava uma arma de fogo e, estando também armado, disparou primeiro, causando grave ferimento no desconhecido. Instantes depois, percebeu que era apenas o vizinho tentando entregar-lhe uma correspondência. José foi acusado de tentativa de homicídio e alegou, em sua defesa, que acreditou que seria vítima de um disparo. Sobre a natureza do argumento deduzido pela defesa de José e a consequência jurídico-penal decorrente de sua eventual aceitação, assinale a afirmativa correta.

A) Trata-se de descriminante putativa, tendo por consequência a exclusão do dolo;

B) Trata-se de legítima defesa, tendo por consequência a exclusão da ilicitude da conduta.

C) Trata-se de legítima defesa putativa, tendo por consequência a exclusão da culpabilidade.

D) Trata-se de erro de tipo permissivo, tendo por consequência a exclusão da ilicitude da conduta.

E)Trata-se de inexigibilidade de conduta diversa, tendo por consequência a

14) FGV – ENAM – MAGISTRATURA – 2025.2

Amadeus aborda o veículo de João no semáforo de uma grande cidade brasileira, empunhando uma arma de fogo e gritando para a vítima descer do carro, com o intuito de subtrair o veículo. Assustado, João acelera em tentativa de fuga, momento em que Amadeus efetua disparos e o atinge, causando-lhe a morte horas depois. Amadeus foge em seguida, sem o veículo, diante da chegada das testemunhas e da polícia. De acordo com o caso descrito, é correto afirmar que Amadeus responderá por

A) tentativa de roubo, apenas.
B) latrocínio tentado, apenas.
C) latrocínio consumado, apenas.
D) homicídio consumado, apenas.
E) homicídio consumado e tentativa de roubo, em concurso.

15) FGV – TJ PE – JUIZ DE DIREITO - 2024

Caio, policial civil, vai à residência de sua sogra, que enviuvou recentemente. Após conversar com ela, percebe que está muito triste com a perda do marido, chegando a falar em suicídio, o que desperta cobiça em Caio, já que sua mulher, por ser filha única, herdará todos os bens em caso de falecimento de sua mãe. Ao sair da residência, Caio deixa, deliberadamente, a bolsa capanga com sua arma sobre a mesa, na expectativa de que a sogra a utilize para se matar. No caminho de casa, para criar um álibi, ele telefona para a mulher e, durante a conversa, diz que esqueceu a arma na casa da sogra e que voltará imediatamente para lá, pois está preocupado que ela possa fazer uma besteira. Chegando ao local, depois de tocar repetidamente a campainha, sem resposta, Caio arromba a porta e, assim que ingressa no imóvel, avista a sogra já morta, com marca de tiro na cabeça e sua arma próxima ao corpo, tendo ela efetivamente se matado com a arma ali deixada por ele. Diante do caso narrado, Caio, em relação à morte da sogra:

A) cometeu o crime de homicídio doloso

B) cometeu o crime de homicídio culposo

C) cometeu o crime de omissão de cautela

D) cometeu o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação;

E) cometeu os crimes de omissão de cautela e de induzimento, instigação ou

16) FGV – TJ PE – JUIZ DE DIREITO - 2024

O Código Penal foi parcialmente modificado, em 2021, para a inclusão dos crimes de perseguição e violência psicológica contra a mulher. Acerca dos citados crimes, é correto afirmar que:

A) ambos os crimes são próprios em relação ao sujeito ativo
B) o sujeito passivo, nos dois crimes, somente pode ser mulher
C) ambos os crimes são de ação penal pública condicionada a representação da vítima
D) o crime de perseguição é material, ao passo que o de violência psicológica contra a mulher é formal
E) o crime de perseguição é habitual, enquanto o de violência psicológica contra a mulher não exige a reiteração da conduta criminosa;

17) FGV – ENAM – MAGISTRATURA - 2024

Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

A) O funcionário público que detém a posse de uma bicicleta particular em razão do cargo e concorre culposamente para a apropriação desse bem por outro funcionário público não incorre em prática delitiva, podendo, no entanto, responder por improbidade administrativa.

B) Em caso de prática do crime de peculato culposo, a reparação do dano extingue a punibilidade se for precedente à sentença irrecorrível ou, se for posterior, reduz à metade a pena imposta;

C) A reparação do dano causado não configura condição essencial para a progressão do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade em relação aos condenados por crime contra a Administração Pública.

D) A circunstância de um dos agentes ser funcionário público é elementar do crime de concussão e, por isso, comunica-se ao agente concorrente particular, independentemente da ciência deste sobre a qualificação do primeiro.

E) A testemunha que faz afirmação falsa pode ser multada, mas não pratica fato penalmente típico desde que inexista aceitação de vantagem indevida e o fato ocorra em fase pré-processual.

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

PECULATO DE USO?
STF HC 108433/MG/2013;

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário. (PECULATO FURTO OU PECULATO IMPRÓPRIO)

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:
Pena - detenção, de três meses a um ano. (PECULATO CULPOSO)
§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem (PECULATO ESTELIONATO)

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

INSIGNIFICÂNCIA?
STJ Súm 599/2017

18) FGV – TRF 6 – JUIZ FEDERAL - 2025

Em reunião com Roberto, sócio da sociedade empresária, Leonardo afirmou que deixaria de autuar a infração se fosse contratado como “consultor tributário” informal, com remuneração mensal. Roberto aceitou a proposta e Leonardo não lavrou o auto de infração e passou a orientar diretores e funcionários da sociedade para ludibriarem fiscalizações futuras. Meses depois, a sociedade empresária foi alvo de operação da Polícia Federal, na qual foi comprovado que Leonardo não apenas deixou de autuar a sociedade empresária, como repassou informações privilegiadas sobre fiscalizações, protegendo o referido grupo empresarial. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Leonardo praticou o crime de corrupção passiva privilegiada, pois retardou o ato de ofício, mas não infringiu o dever funcional específico, pois a autuação pode ser feita por outro servidor.

B) O pagamento mensal a Leonardo caracteriza corrupção passiva qualificada, pois houve a violação efetiva do dever funcional em troca de retribuição econômica indevida;

C) Leonardo praticou o crime de corrupção passiva simples, pois a violação do dever funcional configura mero exaurimento do delito já caracterizado.

D) Leonardo praticou apenas o crime de concussão, pois houve livre manifestação de vontade entre as partes, e a prestação da consultoria configura mera infração disciplinar.

E) O crime de corrupção é absorvido pelo delito de violação de sigilo funcional por força do princípio da especialidade, pois a conduta principal consistiu em repassar

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:
CORRUPÇÃO IMPRÓPRIA?
PEQUENOS MIMOS OU PRESENTES?

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em conseqüência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional. (CORRUPÇÃO PASSIVA EXAURIDA)

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:
(CORRUPÇÃO PASSIVA PRIVILEGIADA)

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:
CHIP É CRIME?
STJ RESP 1.457.292/RS/2014;

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

19) FGV – TJ TO – JUIZ DE DIREITO - 2025

Sobre os crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que:

A) comete crime de prevaricação o funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que tenha cometido infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não tenha levado o fato ao conhecimento da autoridade competente

B) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário, configura o delito de tráfico de influência

C) não se incluem no conceito de funcionário público para fins penais jurados e mesários eleitorais

D) não se incluem no conceito de funcionário público para fins penais empregados de empresa contratada que prestam serviço atípico para a Administração Pública;

E) não se aplica o princípio da insignificância nos casos de crimes contra a Administração Pública, em qualquer hipótese.

Funcionário público

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

MÉDICO CONVENIADO DO SUS?
STF HC 97.710/SC/2010 E STJ REsp 1101423/RS/2012.

CORREIOS E LOTÉRIAS?
STJ ARESP 679.651/RJ/2018.

FUNCIONÁRIOS DE CARTÓRIOS?

ADV. CONVENIADO? DATIVO? STJ HC 264.459/2016, RHC 33.133/SC/2013. CC 145485/2017.

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

20) FGV – ENAM – MAGISTRATURA - 2024

Para vencer a concorrência no mercado profissional, Jacó, advogado, solicitou a um potencial cliente o pagamento de acréscimo de 20% no valor dos honorários, sob a promessa de que a quantia garantiria o sucesso em sua demanda, pois seria repassada ao magistrado com o fim de influenciar o julgamento da respectiva ação judicial. O pagamento não chegou a ser feito e o cliente acabou optando por contratar formalmente os serviços de Mateus, também advogado, que solicitara o pagamento de acréscimo no valor de apenas 10% dos honorários, sob a mesma insinuação.

Diante de tal situação hipotética, nos termos da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

A) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a proposta não chegou a ser efetivamente aceita pelo cliente.

B) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a quantia não chegou a ser efetivamente paga pelo cliente.

C) Mateus praticou o crime de corrupção ativa na modalidade tentada.

D) Mateus praticou o crime de exploração de prestígio, que deverá ter a pena aumentada em razão da alegação de que o pagamento solicitado era destinado ao magistrado;

E) Jacó praticou o crime de tráfico de influência, devendo ter a pena aumentada em razão da consumação formal do acordo.

Art. 320 - deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:
Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Art. 321 - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:
Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - se o interesse é ilegítimo:
Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

21) FGV – TCE PA – AUDITOR - 2024

Matheus viu sua namorada, Luísa, abraçando outro homem. Tomado por violenta paixão, diante do intenso ciúme que nutria por sua namorada, Matheus, com intenção de matar, efetuou disparos de arma de fogo contra Luísa. Após efetuar dois disparos que não atingiram Luísa, embora houvesse outras munições disponíveis, Matheus se arrependeu, cessou os disparos e pediu que Luísa o perdoasse e não o abandonasse. Nesse caso, o *iter criminis*

A) não se iniciou, pois Luísa não foi atingida.

B) se iniciou, porém, diante da interrupção, houve apenas tentativa.

C) se iniciou, porém, foi interrompido por desistência voluntária;

D) se iniciou, porém, trata-se de tentativa inidônea.

E) se iniciou, porém, foi interrompido por arrependimento eficaz.

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

TENTATIVA QUALIFICADA OU ABANDONADA

TEORIA DA PONTE DE OURO

ARREPENDIMENTO EFICAZ TEM COMO SINÔNIMO RECIPICÊNCIA

NÃO SE EXIGE ESPONTANEIDADE

NATUREZA JURÍDICA:
MIN: EXCLUDENTE DE PUNIBILIDADE – ANIBAL BRUNO E HUNGRIA
MAJ: EXLCUDENTE DE TIPICIDADE – FRAGOSO E JOSÉ F. MARQUES

QUESTÕES DE CONCURSOS

22) FGV – TJ PR – JUIZ DE DIREITO – 2023

São teorias adotadas no Código Penal em relação ao tempo e ao lugar do crime, respectivamente:

A) da atividade e da territorialidade;
B) da anterioridade e da territorialidade;
C) da atividade e da ubiquidade;
D) da temporariedade e da ubiquidade;
E) da alteridade e mista.

TEMPO DO CRIME

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA OU SIMULTANEIDADE

TEORIAS
ATIVIDADE
RESULTADO
UBIGUIDADE

O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL,ART 70, ADOTA A TEORIA DO RESULTADO (CRIME PLURILOCAL)

O CRIME É PRATICADO NO MOMENTO DA CONDUTA, MAS A PRESCRIÇÃO SÓ COMEÇA A SER CONTADA NO MOMENTO DO RESULTADO.

Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
I - do dia em que o crime se consumou;

LOCAL DO CRIME

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
(CRIME À DISTÂNCIA: 2 PAÍSES) (CRIMES EM TRÂNSITO: 3 OU MAIS)
(ATOS PREPARATÓRIOS EM REGRA NÃO)

CRIME PLURILOCAL?

QUANTO AO LOCAL DO CRIME O CP ADOTA A TEORIDA DA UBIGUIDADE

L UGAR

U BIGUIDADE

T EMPO

A TIVIDADE

QUESTÕES DE CONCURSOS

23) FGV – TJ PR – OFICIAL DE JUSTIÇA - 2023

Imagine que, pelo mesmo fato e crime, acusado fora condenado no Brasil à pena de 4 anos e no estrangeiro à pena de 3 anos, ambas transitadas em julgado. Depois de ter cumprido 2 anos de pena no estrangeiro, o acusado foge e é capturado no Brasil. Aqui, cumprirá mais

A) 4 anos.
B) 1 ano.
C) 2 anos.
D) 1 ano, mas apenas se homologado o cumprimento da sentença estrangeira ao Brasil.
E) 5 anos.

24) FGV – ENAN – MAGISTRATURA NACIONAL - 2024

Caio, Tício e Mévio integram um grupo de extermínio e decidem matar três integrantes de uma organização criminosa rival, cabendo a cada um o assassinato de uma das vítimas.

Caio abordou sua vítima em emboscada. Todavia ao efetuar o disparo, verificou que a arma de fogo estava desmuniciada. Tício efetuou um disparo de arma de fogo no tórax da vítima que era seu alvo. Porém, ao ver o homem agonizando e chamando por seus filhos, Tício se compadeceu e o levou ao hospital. O esforço foi, contudo, em vão, tendo em vista que a vítima faleceu na mesa cirúrgica em decorrência de hemorragia. Por fim, Mévio rendeu sua vítima apontando a arma de fogo para a cabeça. Nesse ínterim, a vítima propôs a Mévio o pagamento de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) para que ele não o matasse, pedido que foi aceito por Mévio. Ocorre que minutos depois uma viatura passava pelo local e prendeu Mévio em flagrante. Diante do exposto, assinale a opção que indica a consequência jurídica que melhor se amolda às condutas de Caio, Tício e Mévio, respectivamente.

A) Tentativa de homicídio, homicídio doloso e arrependimento eficaz.
B) Crime impossível, homicídio doloso e desistência voluntária;
C) Tentativa de homicídio, arrependimento eficaz e desistência voluntária.
D) Crime impossível, arrependimento eficaz e desistência voluntária.
E) Crime impossível, homicídio doloso e tentativa de homicídio.

25) FGV – TJ MT – JUIZ DE DIREITO - 2024

Sobre aspectos atinentes à disciplina penal da culpabilidade, é correto afirmar que:

A) a embriaguez preordenada constitui hipótese de circunstância atenuante

B) a embriaguez involuntária isenta o réu de pena

C) a coação moral resistível é prevista como circunstância agravante da pena

D) são admitidas, no ordenamento jurídico brasileiro, situações supralegais de inexigibilidade de conduta diversa;

E) a emoção ou a paixão podem excluir a culpabilidade ou configurar situação de semi-imputabilidade do agente.

CULPABILIDADE

EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA:

Coação irresistível e obediência hierárquica
Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

HIERARQUIA PÚBLICA
HIERERQUIA EMPRESARIAL, FAMILIAR, ECLESIÁSTICA NÃO

DELEGADO PC MT – 2010
A Excludente de culpabilidade prevista no art. 22, consistente em obediência hierárquica é aplicável às relações de direito público e privado.

26) FGV – ENAN – MAGISTRATURA - 2025

Assinale a opção que identifica, corretamente, quem deverá ser considerado reincidente, caso condenado pelo novo fato imputado.

A) Valéria foi acusada de contrabando ocorrido em 2015, e condenada em 2016, e a sentença transitou em julgado em 2017, mesmo ano em que a pena foi extinta pelo cumprimento. Em 2024, foi acusada de outro delito de contrabando ocorrido em 2023.

B) Adriana, no exercício do cargo político de Prefeita, praticou o delito de peculato, fato ocorrido em 2021, tendo sido condenada, definitivamente, em 2023. Ela ainda não foi localizada para o cumprimento de pena, mas foi acusada da prática do delito de estelionato ocorrido em 2022.

C) Ana Paula foi definitivamente condenada, em 2022, pela contravenção penal de vias de fato, ocorrida em 2019, tendo iniciado o cumprimento da pena em 2023, mesmo ano em que recebeu indulto pleno. Em 2024, foi acusada da prática de delito de lesão corporal leve.

D) Caroline foi condenada por crime militar próprio de deserção, ocorrido em 2019, cuja sentença transitou em julgado em 2021, tendo terminado o cumprimento da pena em 2022, e, em 2024, foi acusada da prática de delito contra o sistema financeiro, cujo fato teria ocorrido em 2023.

E) Giovana, condenada com trânsito em julgado da condenação ocorrido em 2014 por um delito de lesão corporal culposa ocorrido em 2011, terminou o cumprimento da pena em 2016. Em 2023, foi denunciada novamente pelo delito de roubo, praticado em 2020;

REINCIDÊNCIA

Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

Art. 64 - Para efeito de reincidência:

I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;

II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

REINCIDÊNCIA E MAL ANTECEDENTE SÃO SINÔNIMOS?
STF RE 593.818/2023 TEMA 150E STJ HC 494.684/2019;

A REINCIDÊNCIA PODE SER AGRAVANTE E CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL?
STJ SUM 241;

FOLHA DE ANTECEDENTES COMPROVA MAUS ANTECEDENTES?
STJ SUM 636.

27) FGV – MP RJ – PROMOTOR DE JUSTIÇA- 2025

Kátia apresenta-se publicamente como mística e paranormal, mas não passa de uma vigarista. Ao atender a rica empresária Lucrécia, que lhe confidenciou estar vivendo problemas familiares (adultério do marido e uso de drogas ilícitas pelo filho mais velho), Kátia, durante consulta supostamente espiritual, afirmou, falsamente, que tudo isso era obra de um antigo demônio, que a estava "amarrando", e que era necessário um trabalho espiritual urgente, ou as coisas iriam piorar ainda mais, já que a entidade em questão só sossegaria com a morte de alguém. Segundo a falsária, estaria para acontecer alguma tragédia com ela ou com seus familiares. Kátia, então, solicitou a Lucrécia que fizesse um Pix, em seu favor, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Muito assustada com as revelações e temendo pela própria vida ou de algum familiar próximo, Lucrécia realizou o pagamento. Diante do caso narrado, Kátia praticou

A) extorsão.
B) estelionato.
C) fato atípico.
D) charlatanismo.
E) curandeirismo.

28) FGV – ENAM – MAGISTRATURA - 2025

Claus, médico ginecologista, durante consulta médica da paciente Letícia, de 15 anos, a pretexto de realização de exames ginecológicos de rotina, praticou atos libidinosos. De acordo com o Código Penal em vigor, a conduta narrada

A) não é crime, mas, sim, ilícito civil que deve gerar indenização.

B) é tipificada como corrupção de menores (Art. 218 do CP).

C) é tipificada como mediação para servir à lascívia de outrem (Art. 227 do CP).

D) é tipificada como crime de sedução (Art. 217 do CP).

E) é tipificada como violação sexual mediante fraude (Art. 215 do CP);

29) FGV – PC MG – DELEGADO - 2025

Dionísio, agindo com dolo de matar, efetuou seis disparos de arma de fogo em detrimento de Lucas, atingindo-o em partes variadas do corpo, dando azo ao óbito deste. Diversas pessoas testemunharam os fatos, de forma que as autoridades públicas iniciaram, de pronto, buscas pelo autor do delito. Nesse contexto, Dionísio compareceu ao sítio de Bruno, seu irmão, que não tinha qualquer conhecimento anterior sobre o crime praticado. O autor do delito contou o ocorrido e pediu auxílio para que ele pudesse se subtrair à ação dos policiais que o procuravam, obtendo a aquiescência do seu parente. Considerando as disposições do Código Penal, a conduta de Bruno caracteriza o crime de

A) favorecimento pessoal, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena;
B) favorecimento real, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.
C) tergiversação, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.
D) favorecimento real, não havendo hipótese de isenção de pena.
E) favorecimento pessoal, não havendo hipótese de isenção de pena.

30) FGV – TRF 1 – JUIZ FEDERAL - 2025

Em determinada rede social, o perfil aberto destinado à promoção do turismo em um estado da Federação faz uma postagem que gera as seguintes reações:
(i) Teresa comenta: “cambada de macumbeiro safado”; (ii) nos comentários José xinga Felipe, um homem trans, de “sapatão sem vergonha”; (iii) nos comentários Elisa xinga Maria, idosa, de “velha maluca”. Observada a legislação aplicável e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

A) todos os crimes são de ação penal pública incondicionada.
B) há duas condutas que tipificam crimes imprescritíveis;
C) se aplica a pena em triplo a todos os crimes, porque praticados em rede social da rede mundial de computadores.
D) em todos os crimes, a pena será aumentada da metade se o crime for cometido mediante concurso de pessoas.
E) há uma conduta atípica.

ALTERAÇÃO LEGISLATIVA
CÓDIGO PENAL – INJÚRIA PRECONCEITUOSA

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:
I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;
II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência: (Redação dada pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 14.532, de 2023)

AÇÃO PENAL ?

Antes da Lei 14.532/23	Depois da Lei 14.532/23
CP – punia apenas ofensa racial (art. 140, §3º.) **a) Raça** **b) Cor** **c) Etnia** **d) Religião** **e) Origem** **f) Pessoa idosa** **g) Pessoa com deficiência**	CP – pune a ofensa preconceituosa (art. 140, §3º.) **a) Religião** **b) Pessoa Idosa** **c) Pessoa com deficiência**
Lei 7.716/89 – punia apenas atos de segregação ou incentivo à segregação (arts. 3º ao 20)	Lei 7.716/89 – passou a punir a ofensa racial (art. 2º-A) e atos de segregação ou incentivo à segregação (arts. 3º ao 20).

ALTERAÇÃO LEGISLATIVA

INJÚRIA RACISTA - RACISMO

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

RETROAGE?
ART. 141 §2º.

É POSSÍVEL RACISMO HOMOFÓBICO CONTRA HETEROSEXUAL?
STJ AgRg HC n. 844.274/DF/2024.